



Sindicato Independente
de Professores e Educadores

Sede Nacional:

R. Aníbal Cunha n.º 99

4050 – 048 Porto

Tel. 22 2076060 Fax: 22 2076069

E-Mail: sipe.nacional@gmail.com

Pág: www.sipe.pt

Petição

"Tempo de serviço igual, situação igual, escalão igual"

Com a presente petição o SIPE visa repor a igualdade salarial entre docentes com o mesmo tempo de serviço. Em causa está a ultrapassagem na carreira de docentes que integraram a carreira antes de 2011 que, fruto de vários regimes de transição entre carreiras, perderam entre 3 a 5 anos de serviço para efeitos de progressão, em comparação com docentes que ingressaram na carreira após 2017. Assim, existem inúmeras ultrapassagens na carreira entre Docentes, hoje, todos Trabalhadores integrados na mesma estrutura remuneratória.

I. Enquadramento do Problema

Como aconteceram as ultrapassagens na carreira entre docentes?

Com a Portaria 119/2018 de 4 de maio o Ministério da Educação reposicionou os docentes que ingressaram entre 2011 e 2017 (período de congelamento na carreira docente), porém, não respeitou os princípios de “trabalho igual, salário igual” e de “proibição de ultrapassagens” no que concerne aos docentes já integrados antes de 2011, que se viram ultrapassados. A interpretação e aplicação daquele diploma, conduziu a um resultado injusto e inconstitucional, na medida em que se traduz numa desigualdade salarial desproporcionada e sem qualquer fundamento.

1. O Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, aprovou o Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, regulamentando, desta forma, a relação laboral dos profissionais da área do ensino com o Estado, garantindo que a mesma seja executada de acordo com regras claras e



Sindicato Independente
de Professores e Educadores

Sede Nacional:

R. Anibal Cunha n.º 99

4050 – 048 Porto

Tel. 22 2076060 Fax: 22 2076069

E-Mail: sipe.nacional@gmail.com

Pág: www.sipe.pt

objetivas, defendendo os direitos dos profissionais, mas também garantindo a qualidade e rigor no serviço prestado a toda a população.

2. Contudo, o mesmo foi sofrendo sucessivas alterações ao longo destes anos, nomeadamente no que diz respeito às tabelas indiciárias, regimes de transição, bem como alterações ao próprio estatuto.
3. Entre 1 janeiro de 2011 e 31 dezembro de 2017, verificou-se o congelamento das progressões na carreira, em virtude das leis do orçamento de estado, correspondentes a esses mesmos anos.
4. Sucede que, aquando do descongelamento, e conforme previa o artigo 36.º, n.º 3 e 133.º do Estatuto da Carreira Docente, o Governo fez publicar a Portaria n.º 119/2018 de 4 de maio, diga-se de passagem, no cumprimento dos mais elementares princípios de justiça.
5. Com efeito, e ao abrigo do supracitado diploma, os docentes que haviam integrado os quadros do Ministério da Educação entre 2011 e 2017 (anos do congelamento) foram reposicionados, tendo em conta todo seu tempo de serviço.
6. O mesmo não sucedeu com os restantes docentes e, igualmente, Trabalhadores inseridos na mesma carreira docente, o que se traduzirá numa violação do princípio da igualdade de tratamento.
7. ASSIM, nos dias de hoje, existem docentes no mesmo Agrupamento de Escolas com igual ou, na maioria dos casos, menos tempo de serviço, que foram posicionados num escalão superior da carreira, em relação aos docentes que entraram nos quadros antes dessa data, isto é, antes de 2011.
8. Ora, atualmente, e de acordo com o Decreto-Lei n.º 41/2012 de 21 de Fevereiro, a remuneração da carreira docente estrutura-se segundo escalões, dividida do 1.º escalão



Sindicato Independente
de Professores e Educadores

Sede Nacional:

R. Anibal Cunha n.º 99

4050 – 048 Porto

Tel. 22 2076060 Fax: 22 2076069

E-Mail: sipe.nacional@gmail.com

Pág: www.sipe.pt

ao 10.º escalão, por referência a índices remuneratórios, respetivamente do índice remuneratório 167 ao índice remuneratório 370.

10. Mas, nem em sempre foi assim.

11. As alterações da estrutura da carreira e os regimes transitórios constantes no Decreto-Lei 15/2007 de 19 de janeiro, Decreto-Lei 270/09 de 30 de setembro e do Decreto-Lei 75/2010 de 23 de junho, conduziram à perda de anos de tempo de serviço, por parte daqueles que entraram na carreira antes de 2011.

12. Algo que não podia ser, agora, ignorado quer pelo legislador no momento da feitura da lei, quer pelo executivo no momento de aplicação da mesma. (Na verdade, da Declaração de Compromisso assinada pelo ME e Sindicatos, no ponto 5, c) ficou estabelecido de que não resultariam ultrapassagens)

13. Tal ocorre pelo facto de entre 2007 e 2010 ter havido diferentes processos de transição entre carreiras, produzidas por aquelas três alterações significativas ao Estatuto da Carreira Docente, que motivaram perdas significativas de tempo de serviço, uma vez que nesses processos de transição apenas foi considerado o tempo de serviço que cada docente possuía no escalão/índice e não o tempo total de serviço.

14. Agora, é necessário que os docentes que ingressaram na carreira antes de 2011 vejam recuperado esse tempo de serviço perdido entre transições ou, no mínimo, que se consagre uma regra que proíba estas ultrapassagens, de modo que sejam posicionados no mesmo ponto de carreira que os docentes que ingressaram após 2011.

Exemplo.

Tabela elucidativa, que traduz a ultrapassagem na carreira de um caso real, perpetuando no tempo e na carreira destes dois Trabalhadores uma violação do princípio da igualdade expressa no brocardo “trabalho igual, salário igual”.



Sindicato Independente
de Professores e Educadores

Sede Nacional:

R. Anibal Cunha n.º 99

4050 – 048 Porto

Tel. 22 2076060 Fax: 22 2076069

E-Mail: sipe.nacional@gmail.com

Pág: www.sipe.pt

Escalão	Vencimento	Progressão Docente A que ingressou <u>após</u> <u>2011</u> (com 2923 dias a 01/01/2018)	Progressão Docente B que ingressou <u>antes de</u> <u>2011</u> (com 3148 dias a 01/01/2018)
3.º escalão, índice 205	1.869,78€	01/01/2018	01/06/2020
4.º escalão, índice 218	1.988,78€	01/06/2020	01/08/2022
5.º escalão índice 235	2.143,41€	15/03/2023	31/07/2026

Que normas jurídicas foram violadas e que direitos se visam repor com a Petição?

1. As normas jurídicas – aqui o artigo 36.º, n.º3 do ECD e a própria Portaria n.º 119/2018 de 4 de maio – não poderiam ter sido interpretadas (e aplicadas, posteriormente) de forma restritiva, possibilitando as numerosas ultrapassagens que ocorreram entre Trabalhadores afetos à mesma Carreira.
2. Outrossim, deveriam ter sido interpretadas e aplicadas “no pleno respeito dos princípios gerais da coerência e equidade que presidem ao sistema de carreiras na função pública, obviando a que um funcionário, em termos de escala indiciária pudesse ser ultrapassada por colegas da mesma categoria, de nomeação mais recente.” (Cfr. Processo n.º 01502/03, Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 04-03-2004)
3. Na medida em que o legislador ordinário não acautelou minimamente as ultrapassagens, a presente petição propõe-se a repor a legalidade e assegurar os direitos constitucionais em causa, mediante a criação de uma norma jurídica que regule esta situação dentro do espírito do sistema jurídico.
4. De todo o modo, o respeito pelas normas constitucionais, impõe ser permitido posicionar os docentes que ingressaram na carreira antes de 2011 no mesmo escalão/índice, em que estão a ser posicionados os docentes que ingressaram após 2011.



Sindicato Independente
de Professores e Educadores

Sede Nacional:

R. Anibal Cunha n.º 99

4050 – 048 Porto

Tel. 22 2076060 Fax: 22 2076069

E-Mail: sipe.nacional@gmail.com

Pág: www.sipe.pt

II. Estado da situação

- A Declaração de Compromisso assinada pelo ME e Sindicatos, no ponto 5, c) ficou estabelecido que não resultariam ultrapassagens, o que não foi cumprido. (Doc.1)
- O SIPE propôs ações judiciais que representam cerca de 800 docentes, em vários Tribunais, verificamos que estes docentes foram ultrapassados um ou dois escalões na carreira, ainda a aguardar decisões.
- O SIPE tem conhecimento de que a litigância é e será ainda maior, já que também existem mais docentes que estão representados por outros Sindicatos e a título particular.
- O SIPE recebeu a informação da Procuradoria-Geral da República que a eventual inconstitucionalidade do artigo 6.º da Portaria n.º 119/2018, de 4 de maio, se encontra em estudo pelo Ministério Público junto do Tribunal Constitucional. (Doc.2)

Legislação/Acórdãos sobreaviso:

- Portaria 119/2018 de 4 de maio e artigo 37.º do Estatuto da Carreira Docente;
- Artigo 13.º, 47.º, 58.º e 59.º, n.º 1, al. a) da Constituição da República Portuguesa;
- Em situação semelhante, o T. Constitucional já se pronunciou favoravelmente à proibição de ultrapassagens na carreira, considerou contrárias à Constituição as situações em que funcionários de maior antiguidade foram «ultrapassados» no escalão remuneratório por funcionários de menor antiguidade, apenas como consequência da entrada em vigor de uma nova lei, sem qualquer justificação, nomeadamente, em termos de natureza ou qualidade do trabalho. - Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 239/2013, Diário da República n.º 108/2013, Série II de 2013-06-05, Acórdãos n.º 254/2000, 356/2001, 426/2001, 405/2003 e 323/05, todos decididos em plenário. (Doc.1)



Sindicato Independente
de Professores e Educadores

Sede Nacional:

R. Aníbal Cunha n.º 99

4050 – 048 Porto

Tel. 22 2076060 Fax: 22 2076069

E-Mail: sipe.nacional@gmail.com

Pág: www.sipe.pt

Escalão	Vencimento	Progressão Docente A que ingressou <u>após 2011</u> (com 2923 dias a 01/01/2018)	Progressão Docente B que ingressou <u>antes de 2011</u> (com 3148 dias a 01/01/2018)
3.º escalão, índice 205	1.869,78€	01/01/2018	01/06/2020
4.º escalão, índice 218	1.988,78€	01/06/2020	01/08/2022
5.º escalão índice 235	2.143,41€	15/03/2023	31/07/2026